

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1 A vigésima terceira reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar
2 na Universidade Luterana do Brasil – BR 116, número cinco mil setecentos e vinte
3 e quatro – Morada da Colina, em Guaíba, às quatorze horas e trinta minutos do dia
4 treze de setembro do ano 2004. Compareceram os seguintes Conselheiros: Adilson
5 Troca, Presidente do Conselho e Secretário do Meio Ambiente; Mariângela
6 Laydner, Secretária Adjunta do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos, e
7 representante da Secretaria das Obras Públicas e Saneamento Luís Antônio de
8 Leão Valente, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento; Wilson Ghignatti, da
9 Secretaria dos Transportes; Margareth Vasata Macchi Silva, da Secretaria de
10 Coordenação e Planejamento; Marta Hermínia Marchiore Dias, da SEDAI; Paulo
11 Blessmann, da Secretaria de Energia, Minas e Comunicações; Márley Caetano de
12 Mendonça, da Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente;
13 Nanci Begnini Giugno, do Comitê Lago Guaíba; Milton Haack, do Comitê
14 Tramandaí; Eldo Costa, do Comitê Santa Maria; Dionei Minuzzi Delevati, do Comitê
15 Pardo; Fernando Bernál, do Comitê Baixo Jacuí e Sérgio Poletto, do Comitê Apuaê-
16 Inhandava. Demais participantes: Rogério Dewes, Diretor do Departamento de
17 Recursos Hídricos e Secretário Executivo do Fundo de Investimento em Recursos
18 Hídricos da SEMA; Paulo Paim, Secretário Executivo do CRH-RS; Vilma Cardoso
19 da Silva, do Comitê Lago Guaíba; João Paulo A. de Moraes, do Comitê Baixo
20 Jacuí; Leonardo Pires, da Associação Itaí/Caimã; Arcângelo Mondardo, do CREA-
21 RS; Vera Lúcia Callegaro e Ana Elizabeth Carrara, do Pró-Guaíba; Ricardo
22 Schwartz, da EMATER e Amaury Silva Júnior, da ULBRA-Guaíba. A reunião teve
23 início com a manifestação do Presidente, Secretário do Meio Ambiente, que
24 agradeceu a presença de todos e apresentou o Conselheiro Márley Caetano de
25 Mendonça, representante do Ministério do Meio Ambiente, em substituição ao
26 Conselheiro Júlio Thadeu Silva Kettelhut. Após a verificação de quórum, colocou
27 em apreciação a Ata da 22ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade.
28 A seguir, entrou em questão o referendo do processo de formação do Comitê do
29 Rio da Várzea, que estava só aguardando o quórum oficial para cancelamento,
30 uma vez que não houve quórum na reunião anterior. Dando continuidade, passou-
31 se para o item dois da pauta: relatório sobre a aplicação dos recursos do Fundo de
32 Investimentos em Recursos Hídricos no orçamento 2004. Projetos em andamento –
33 SEMA, SOPS e Fórum Solo e Água. O Diretor Rogério apresentou a prestação de
34 contas, em anexo. O Secretário Executivo Paulo Paim disse que de todos os
35 projetos aprovados pelo Conselho em março, apenas para três ainda não houve
36 investimentos: o Plano Zero; o Plano Permanente de Capacitação e Recursos
37 Hídricos no Rio Grande do Sul, do qual já aconteceu a oficina de planejamento
38 onde o grupo de trabalho está sistematizando os resultados e também, o Prêmio
39 Gaúcho do Uso sustentável da Água na lavoura irrigada, que foi lançado em Santa
40 Maria no dia vinte e oito de julho e cujo projeto está sendo montado. A Secretária
41 Adjunta do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos, Mariângela Laydner
42 apresentou a prestação de contas da Secretaria das Obras Públicas e

43 Saneamento, em anexo. A prestação de contas do Projeto Fórum Estadual Solo e
44 Água foi feita pelo Sr. Ricardo Schwartz, da EMATER. O Presidente parabenizou os
45 Comitês por estarem com cem por cento de representação e pediu licença para se
46 retirar, uma vez que viajaria para Três Passos. O Conselheiro Márley falou, quanto
47 à questão do orçamento, que na Secretaria de Recursos Hídricos existem três
48 planos estaduais, sendo um deles o do Rio Grande do Sul. Disse que não poderia
49 afirmar, mas está quase certo que esse apoio virá, só faltando algumas questões a
50 serem acertadas, garantindo um milhão de reais para cada Estado. O Conselheiro
51 Bernál perguntou ao Diretor Rogério se é cobrada alguma taxa na liberação da
52 outorga, e o mesmo respondeu que não, e que, até a publicação no Diário Oficial é
53 por conta da Secretaria. O Conselheiro Bernál pede que seja trabalhada a relação
54 com a FEPAM, que cobra licenciamento, mas os recursos para os estudos da
55 outorga articulada com o licenciamento ambiental saem do Fundo de Investimentos
56 em Recursos Hídricos. O Conselheiro Márley propôs trazer para o Conselho uma
57 proposta sobre taxa de emolumentos, pegando como exemplo o Conselho de
58 Minas Gerais, onde também é Conselheiro. O Conselheiro Bernál criticou a
59 ausência de critérios para definir as localidades onde os projetos de saneamento
60 seriam aplicados, uma vez que faz um ano que o recurso está liberado e não seria
61 em dez dias que haveria uma definição. O Conselheiro Luis Valente pediu registro
62 em ata que aprova a colocação do Conselheiro Bernál. O Secretário Executivo
63 Paim disse que no Conselho Estadual de Saneamento é que esse assunto deverá
64 ser tratado. O Conselheiro Dionei comentou que o Fundo de Recursos Hídricos
65 está sendo dividido em cinqüenta por cento para os Comitês e os outros cinqüenta
66 para as Obras. O Secretário Paim pediu registro para que esse assunto fosse
67 novamente tratado quando for aprovado o orçamento 2005, já que o de 2004 foi
68 aprovado por todos sem restrições, e sugeriu trazer na próxima reunião um
69 representante da Secretaria de Planejamento para falar sobre orçamento do
70 Estado. A proposta foi aceita por todos os presentes. O Diretor Rogério explicou
71 que existem três rubricas gerais no Orçamento Geral do Estado, e que o papel do
72 Conselho é definir que tipo de projeto poderá ser implementado com os recursos do
73 Fundo, dentro das rubricas do mesmo. A Conselheira Nanci reforçou o pedido feito
74 na reunião do Conselho sobre a inclusão de todos os Comitês de Bacias nos
75 assentos do mesmo. O Secretário Paim acordou com os Conselheiros presentes,
76 criar um Grupo de Trabalho para tratar o assunto de forma executiva. O grupo ficou
77 formado por três Comitês de Bacia, sendo um de cada região, um representante da
78 Secretaria das Obras, um representante da Secretaria da Agricultura e o Secretário
79 Executivo do Conselho. O item seguinte da pauta foi o Processo de Planejamento
80 do Comitê Lago Guaíba, apresentado pela Conselheira Nanci. O processo de
81 construção desse Plano é inédito no país, o que atribui significância maior. Passou-
82 se então para o item quatro: processo de discussão da reforma da SEMA e
83 situação atual, onde o Secretário Paim explicou que a proposta geral de Reforma
84 da SEMA tinha sido aprovada pelo Governador e tratava de reestruturar a
85 Secretaria segundo as três grande funções da gestão ambiental: planejamento,
86 controle e conservação, e não mais continuar organizada por elemento natural ou
87 pelas famosas agendas verde, marrom e azul. A proposta é reforçar a área de
88 planejamento. O assunto seguinte foi o item oito da pauta: Regimento interno do
89 CRH/RS – frequência dos Conselheiros. O Conselheiro Eldo disse que não houve
90 quórum na reunião de Alegrete, e solicitou à Secretaria Executiva do Conselho a
91 revisão da proposta de interiorização das reuniões, devido aos gastos. O Secretário
92 Paim disse que até a reunião de Alegrete, não houve problema de quórum. A

93 Secretária Mariângela comentou que houve aprovação por unanimidade da
94 interiorização das reuniões do Conselho, inclusive com a escolha dos municípios, e
95 que talvez valesse a pena rever a decisão. O Conselheiro Eldo reforçou que tudo o
96 que se discute no Conselho é do maior interesse e por isso, não se admite tanta
97 ausência. O Conselheiro Milton disse que se deve fazer valer o regimento interno a
98 partir de um consenso. O Secretário Paim disse que esse Conselho é diferenciado,
99 que as Secretarias foram cuidadosamente escolhidas e por isso é preciso se ter
100 cuidado nas afirmações. O Conselheiro Márley sugeriu que se enviasse uma
101 correspondência para todos os Conselheiros, alertando o descumprimento e suas
102 implicações. O regulamento valeria desde esse momento. E essa foi a decisão,
103 ficando as providências a cargo da Secretaria Executiva do Conselho. O
104 Conselheiro Bernál colocou a questão a respeito dos municípios de Agudo, Novo
105 Cabrais e Paraíso do Sul, a ser decidida antes de o Comitê Baixo Jacuí entrar em
106 processo eleitoral. O Secretário Paim relatou que houve um Seminário sobre as
107 características sócio ambientais na região do médio Jacuí, com usuários de água e
108 representantes da sociedade da região, onde todos manifestaram interesse em que
109 os limites entre o Comitê Alto Jacuí e o Baixo Jacuí fossem revistos pelo DRH. O
110 Conselheiro Paulo disse que se a comunidade se manifestou favorável ele também
111 concordava, já que não implicava em nenhum prejuízo técnico ou conceitual ao
112 Sistema de Gestão no Rio Grande. O Secretário Paim solicitou a concordância dos
113 Conselheiros para tocar o processo e encaminhar o dossiê aos Conselheiros
114 posteriormente. Todos concordaram. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
115 encerrada e eu, Paulo Renato Paim, Secretário Executivo do Conselho de
116 Recursos Hídricos, lavro esta ata.